

inalienável pelo *status* de que gozam como membros da comunidade tribal. A insegurança e os perigos encontrados nos centros de trabalho tornaram, para muitos, a terra redobradamente significativa. Sabendo que só serão tolerados pela economia monetária enquanto puderem vender a força do seu braço, continuam a ver na família e no cultivo da terra os únicos esteios com que poderão contar naquele dia fatal em que se virem rejeitados, nos centros de trabalho, por inúteis.

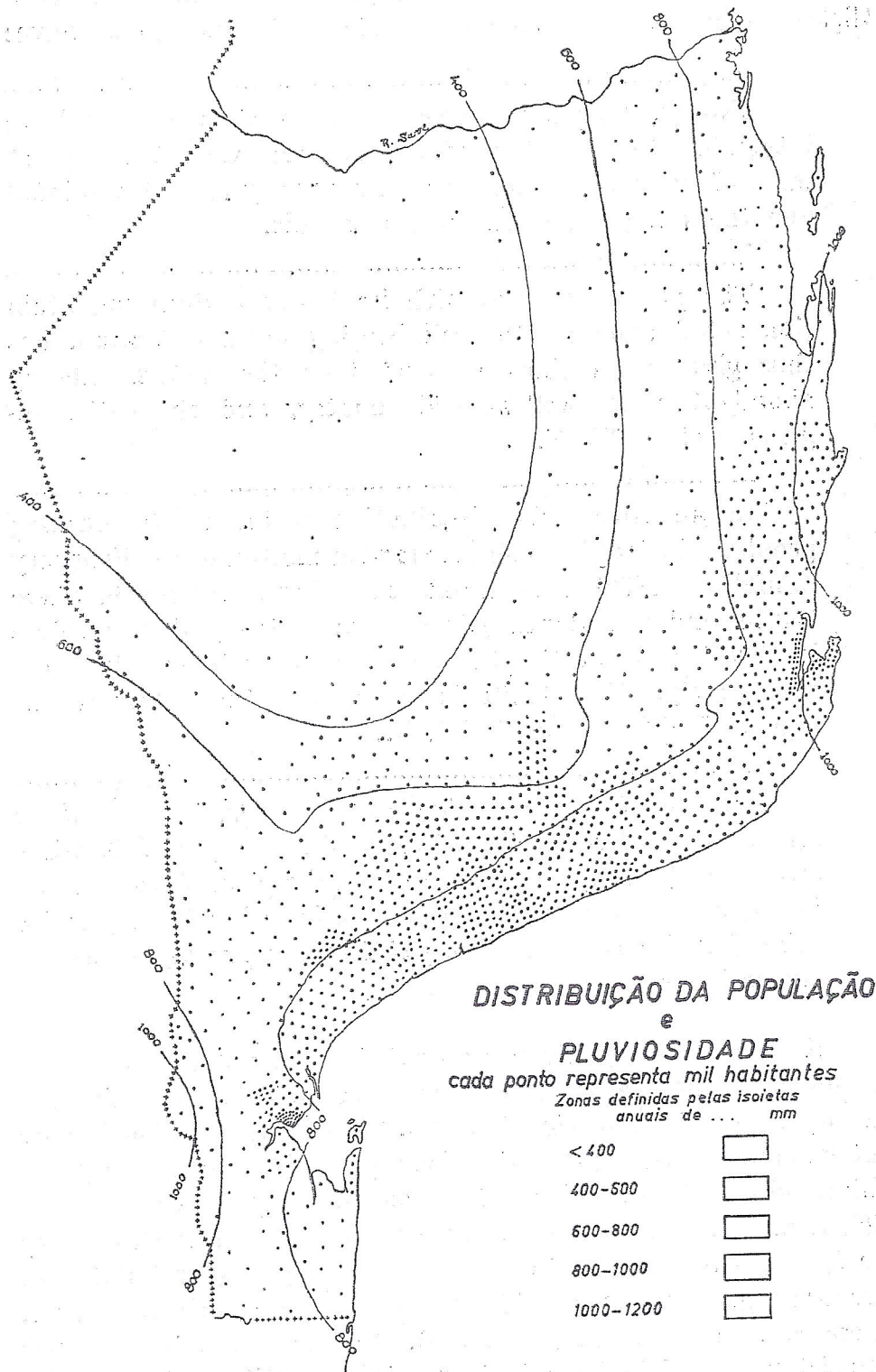
Por conseguinte, o que continua a verificar-se em Homoine, como algures, é a partida e o regresso contínuo dos varões, enquanto válidos, para os centros de trabalho, ao passo que os inválidos e idosos permanecem nas povoações, onde auxiliam as mulheres nas tarefas agrícolas e domésticas e na educação das crianças e onde, enfim, asseguram, com o beneplácito dos chefes, a ocupação das parcelas que cederão aos descendentes quando, um dia, tiverem também de dar por finda a sua carreira migratória.

O indivíduo participa, desse modo, em duas esferas distintas e separadas de relações sociais e económicas, adoptando em cada qual comportamentos diferentes. Condiciona-se a reajustar-se sem dificuldades de maior, após cada regresso, à rotina da vida tribal.

A não ser que haja modificações substanciais na assistência social proporcionada nos grandes centros, ou que a terra se torne perigosamente erosionada ou sobrepovoada ou que a sua ocupação passe a ser feita por colonatos organizados, ou ainda que os chefes sejam privados das suas funções de controladores da terra por meio de qualquer sistema de propriedade individual, a orgânica e as lealdades tribais continuarão, com todas as probabilidades, a manter a sua operância.

4 — A ADVERSIDADE DO «HABITAT»

Tanto quanto podemos ver, a adversidade do *habitat* foi uma das causas que levou os indígenas do Sul de Moçambique a lançarem-se sem dificuldade na economia monetária e a procurarem tão precoce e insistentemente trabalho assalariado. Goodwin (25, pp. 34-36), no seu estudo sobre o *habitat* dos Bantos



da África austral, alude, muito claramente, às desfavoráveis condições ecológicas da região que se estende do Maputo ao Save:

.....
«No great riparian tribes exist, no canoe peoples have integrated the country with trade routes, but the great mass of the country depends very directly upon the rainfall and the water which the rivers provide.

.....
The plateau system with its heavy eastern mountain rim, acted upon by the rain-bearing south-east wind, has thus given us a climate reflected on the eastern side by abundant rains, well-wooded country, and the cattle regions east of 25° E.

.....
In all Africa the distribution of the Bantu-speaking peoples coincides to some extent with the December-February rainfall area. This becomes most striking to the south, where Bantu and non-Bantu tribes have distributed themselves in direct relation tho the summer and winter rain areas respectively. The Bantu have confined themselves to the region of high summer rainfall...

.....
The conditions in Portuguese East Africa are rendered somewhat peculiar by the wide, low-lying coastal belt, which here coincides roughly with the political region. This thornveld is largely a game country, with relatively low fertility and a rainfall which is adversely affected by the presence of Madagascar to the east.»

Na verdade, os indígenas ao sul do rio Save concentram-se ao longo de uma faixa arenosa costeira, de baixa altitude, que acompanha o litoral desde o Maputo. Essa faixa é ocasionalmente interrompida pelas aluviões dos rios e por baixas de solos organo-hidromórficos, conhecidos pelo nome indígena de «machongos» (26, 1, p. 76). Entre os rios Save e Limpopo raros são os cursos de água permanente, facto que pode atribuir-se quer à natureza arenosa e grande permeabilidade dos solos, quer, principalmente, à escassez de chuvas (26, 1, p. 100). O clima é caracterizado por um sistema anticiclónico e de depressões das latitudes intermédias

com características tropicais, produzindo-se as chuvas à passagem das depressões (6, 1, p. 150). A faixa litoral, em virtude do regime pluvial relativamente mais favorável, suporta densidades populacionais muito elevadas (que chegam a atingir 195 habitantes por quilómetro quadrado), esgotando-se as terras rapidamente se um número suficiente de anos de pousio não é observado. Mais no interior, metade do distrito de Inhambane é ocupado por solos arenosos, claros, de escassa fertilidade, localizando-se a agricultura nas raras baixas com maior humidade e matéria orgânica. O Sul do Save é, em todo o Moçambique, a área de menor pluviosidade média anual, a qual vai diminuindo do litoral para o interior (35, p. 16). A irregularidade climática dá origem a repetidas crises agrícolas, perdendo-se, correntemente, muitas sementeiras por falta de chuvas. O carácter errático destas torna contingente a agricultura sem rega, excepto em algumas regiões alagadas ou pantanosas, onde trabalhos de enxugo permitem o aproveitamento dos terrenos, sujeitos todavia às inundações devastadoras dos grandes rios (61, 1, p. 267). Para lutar contra estas condições desfavoráveis empregam os aborígenes certas técnicas tradicionais: cultivo simultâneo de vários campos, espalhados por larga área; associação de diversos tipos de culturas no mesmo campo; sementeiras em épocas diferentes, quer em terrenos altos e arenosos, quer em terrenos argilosos e húmidos; colocação de mais de uma semente em cada cavidade.

Nada mais é preciso dizer para provar que a região ao sul do Save não é afortunada do ponto de vista agrícola e que as chuvas, de que depende a abundância, eram e são muito irregulares e não raro escassas⁽¹⁾. A existência, nos vales de alguns rios, de ricos e extensos terrenos de aluvião em pouco modificava este panorama geral. Esses vales eram ciosamente reservados pelos ocupantes locais para seu usufruto exclusivo e, ainda que dos relatos dos viajantes que os percorreram antes da ocupação militar seja possível concluir que suportavam densas populações, nem por isso as boas safras deixavam neles de depender de chuvas suficientes e da ausência de inundações. Apenas obras de hidráu-

⁽¹⁾ Desvairados pela fome, os Tongas parece terem chegado a perder o respeito tradicional pelos seus chefes. Há, por exemplo, notícia de que em 1792, num ano de fome, houve em Tembe uma revolta contra o respectivo régulo por tentar apoderar-se dos poucos mantimentos dos seus súbditos (46, p. 144).

lica agrícola, que os autóctones nunca souberam realizar, teriam permitido tirar inteiro proveito da sua riqueza latente.

Apesar de tudo isso, não pode talvez garantir-se que a desfavorável situação alimentar que os imperativos ecológicos obrigavam os Tongas e os Chopes a suportar tivesse, por si só, levado os homens a partirem para os centros de trabalho estrangeiros. Não fosse um outro factor, esse de natureza política, que veio agitar quase catastróficamente o Sul de Moçambique, e seria possível que os aborígenes tivessem continuado a viver, com parcimónia, é certo, e mesmo conhecendo crónicamente as agruras da fome, mas sem sentirem a ávida necessidade de se lançarem em massa em busca de trabalho remunerado. Esse factor, cuja importância desejamos muito especialmente acentuar, foram as invasões dos Angunes.

Os primeiros invasores, comandados ignora-se se por Zuaquendaba, se por seu filho Naba, surgiram, segundo Caetano Montez (45, p. 35), entre 1820 e 1823, mas não se estabeleceram em território moçambicano, tendo prosseguido em direcção ao norte e atravessado o Zambeze em 1835 (55) ⁽¹⁾. Mas a principal invasão, comandada por Manicusse ou Sochangana, ocorreu em 1829 ou 1830, isto é, pouco depois da morte de Chaka (Setembro de 1828). Desde essa data até à sua morte, que se registou cerca de trinta anos depois, muito provavelmente em 1859 (45, p. 54), Manicusse conquistou quase todo o vasto território que se prolonga do Maputo ao Zambeze. Obliterou, pode dizer-se que inteiramente, a ocupação portuguesa. Ele ou outros chefes gentílicos, instigados pelo seu exemplo, atacaram em 1834 o presídio de Lourenço Marques e enforcaram, entre outros, o governador Dionísio Ribeiro. Em resultado de uma inconsiderada expedição, pereceram às suas mãos, em 3 de Novembro de 1834, o governador e quase todos os moradores de Inhambane. Depois de as suas forças se apoderarem das feiras de Bandire e da Machanga, massacrando um destacamento do prazo Mambone, sob o comando de António Maria Bruno, atacaram a feira de Manica, cujos moradores chacinaram, e por duas vezes a praça de S. Caetano de Sofala, trucidando o capitão-mor José Marques

⁽¹⁾ Esses primeiros invasores angunes permaneceram em Moçambique mais dez anos do que supõe Caetano Montez, que, cremos por lapso, fixa a data da travessia do Zambeze em 1825 (45, p. 35).

da Costa e os régulos avassalados (21, p. 22). Enfim, as «mangas» angunes percorreram, de lés a lés e acumulando vitórias, a metade meridional de Moçambique. Mas as suas principais vítimas foram, indubitavelmente, as tribos autóctones. Depois de prolongadas e sanguinolentas lutas, Manicusse conseguiu substituir muitos régulos tradicionais por representantes seus. Cobrou pesados tributos em gado, marfim e peles, impôs os costumes e a língua dos Angunes, tornou o recrutamento militar obrigatório. Ainda que se tenha tornado, a ferro e fogo, senhor absoluto de um grande império, reconhece-se que Manicusse possuía raros atributos de chefe e era mesmo afamado pela sua sabedoria e coragem (45, p. 53). Manifestava, não raro, tendência para actos humanitários. Proibiu, rigorosamente, por exemplo, o emprego da escravatura. Em 1845 chegou a mandar exterminar a população de alguns regulados que lhe eram sujeitos, por ousarem vender escravos a um navio negreiro. Dizia que os vendedores de homens mereciam com mais justiça ser perseguidos e caçados do que os próprios leões e panteras (45, p. 54). Seja como for, a situação das populações nativas dominadas pelos Angunes piorou de modo desastroso depois da morte de Manicusse.

Não havendo acordo quanto à sucessão, dois dos seus filhos, Muzila e Mauheua, envolveram-se, com os respectivos partidários, em longo período de impiedosa guerra civil. Segundo Diocleciano das Neves (48), só na primeira batalha travada pereceram, de parte a parte, 20 000 homens. Por fim, Muzila, auxiliado decisivamente pelos Portugueses, que puseram à sua disposição as forças dos régulos avassalados e lhe cederam armas de fogo, conseguiu derrotar as tropas de seu irmão, apesar de superiores em número. Como se imagina, durante esta sangrenta guerra civil, as mangas de guerreiros de ambos os contendores, nas suas constantes deslocções, só conseguiam subsistir à custa do que pilhavam nas povoações indefesas. A tal respeito, frisa Botelho (11, II, p. 181) que «os vátuas, súbditos de um e outro irmão, espalharam-se pelos diversos distritos do sul do Zambeze, uns impelidos pela fome, outros pelo espírito de rapina que caracteriza esta raça. Uma vez ali, constituíram um verdadeiro flagelo para os povos das vizinhanças, tanto mais que o seu número e a sua ferocidade os tornavam temíveis».

Muzila, após a vitória, não pôde ou não quis terminar com estas constantes depredações. Ao que parece, mudava-se amiúde,

com o seu séquito, sempre que os recursos locais se esgotavam. Uma vez instalado em região que lhe parecia não sofrer de faltas de subsistência, vivia à custa dos pesados tributos que impunha e os seus bárbaros guerreiros à custa das razias que faziam por conta própria. Não poupavam, em especial, as povoações que viviam sob o domínio português.

Muzila morreu em 1884. Sucedeu-lhe seu filho Modungaz ou Gungunhana, que usurpou o trono graças ao assassinio do legítimo herdeiro. Por intermédio de dois dos seus delegados que se deslocaram expressamente a Lisboa, Gungunhana prestou acto de vassalagem em 12 de Outubro de 1885. Muito embora se tivesse por ele comprometido a promover o desenvolvimento da agricultura, o certo é que a organização interna dos seus domínios continuou a enfermar da grande deficiência que conduziu à ruína quase todos os impérios negros: a mísera tecnologia e a incapacidade para desenvolver os recursos económicos. O rei e o seu séquito, do mesmo modo que as mangas de guerreiros, mantinham-se graças ao saque sistemático das populações transidas. Actuavam mais como salteadores organizados em quadri-lhas, pilhando populações pacíficas disseminadas por vastíssima área. Salteadores melhor organizados para a guerra do que as suas presas e, não admira, quase sempre bem sucedidos; mas depredando povos de recursos muito escassos e com uma economia de mera subsistência. A defesa destes (afora os casos de raivosa resistência por parte de algumas tribos chopos) consistia quer na fuga para os territórios vizinhos (quase metade dos Tongas abandonaram o território de Moçambique e refugiaram-se no Transval Este), quer na ocultação, nos recônditos do mato, dos seus parques meios de subsistência, quer mesmo na destruição deliberada dos alimentos com o propósito de evitar a sôfrega atenção dos salteadores. Isto, como é natural, só podia conduzir a um estado pungente de miséria e de privações de toda a espécie. O testemunho dos europeus, nacionais ou estrangeiros, que percorreram o território dominado ou devastado pelos Angunes, não permite quaisquer dúvidas.

Nos relatos das viagens que Diocleciano Fernandes das Neves levou a efeito, pelo Sul do Save, depois de 1860, depararam-se constantes referências às atrocidades e rapinas dos angunes de Mauheua e à fome que afligia as populações autóctones (48, p. 125). Nos que St. Vincent Erskine nos deixou das diversas

visitas que fez à região de Gaza, de 1871 a 1875, surgem provas abundantes do estado de destruição e miséria em que a rapacidade dos Angunes havia lançado os Tongas e os Chopes. «A tribo parece ser constante presa do Muzila, que destrói as suas culturas e empobrece a sua gente de todas as maneiras. Não tem gado, para evitar mais frequentes visitas deste régulo» — diz em dada altura. Mas na sua terceira jornada veio encontrar a situação ainda mais grave: em certas regiões, os habitantes, acossados pela fome, tinham começado a comer os seus cães. No vale do baixo Save, tão propício para a cultura do arroz, os ocupantes evitavam cultivá-lo, com receio de despertarem a cobiça dos Angunes. Matheus Serrano (76, p. 415), no trajecto que percorreu em 1890 do Pafuri à costa, testemunhou igualmente este estado de inanição geral, que atormentava os próprios Angunes e seus acólitos. Falando de determinada povoação, por cujas cercanias o Gungunhana havia passado, conta que «a gente dele que se estendia por toda a parte cometeu barbaridades inauditas, chegando a arrancar as argolas que os pretos e pretas usavam nos pulsos, nos artelhos e nas orelhas... Cá ficou um dos homens daquele grande potentado que ainda hoje se assemelha a um esqueleto, visto que a fome continua até que possam colher alguma coisa das terras». Certa feita, deparou com um grupo de indígenas «que trazia estampados no rosto todos os indícios da fome; o chefe vátua, com os seus ares de grã-senhor... não se dignou em vir... declarar que tinha fome». As povoações, como estavam constantemente a ser assaltadas pelos Angunes, fingidos ou verdadeiros, «costumavam esconder os mantimentos ou no mato ou em covas, mas de forma em que nem mesmo os pretos conheçam caminho ou carreiro. Povoações houve onde a gente do Gungunhana nada encontrou». Até nas proximidades do *kraal* do rei angune se morria de fome e «... a cada passo se encontravam verdadeiros esqueletos». Aliás, na própria corte as privações eram agudas. A gente, de aspecto horroroso, de algumas povoações que encontrou, alimentava-se de frutos silvestres, raízes, folhas e até de terra (76, p. 424). Matheus Serrano, apesar de dispor de dinheiro em quantidade suficiente, chegou, ele próprio, a conhecer as angústias da fome. E mais conheceria se não dispusesse de armas de fogo aperfeiçoadas com que se abastecia de caça. No território chope, a cada passo deparou com vestígios de grandes povoações e culturas totalmente arrasadas pelos Angunes.

A agravar este estado de miséria geral, as pragas de gafanhotos fizeram a sua reaparição por volta de 1894, devorando frequentemente as sementeiras (37, II, p. 90).

Em abono da verdade, deve dizer-se que às razias dos Angunes deviam acrescentar-se as dos guerreiros dos régulos avassalados, que, nas suas incursões pelas terras alheias, constantemente roubavam as povoações, para conseguirem alimentação. Isto transparece, claramente, dos relatos de Longle (42) e de Matheus Serrano (76, p. 442).

A tradicional política seguida pelos Angunes, de assimilação das mulheres e filhos menores dos guerreiros vencidos (que eram, normalmente, abatidos), parece ter sofrido, com o decorrer do tempo, considerável deturpação. Os imparciais missionários da Missão Suíça Romanda fizeram eco, repetidas vezes, no seu *Boletim* (69, pp. 99 e 132), dos impiedosos massacres de homens chopos e da redução à escravatura das suas mulheres e filhos. O Dr. Liengme (41) também veio encontrar, em 1894, a escravatura doméstica florescente.

5 — O EXTERMÍNIO DO ARMENTIO E OS SEUS EFEITOS NO LOBOLO

As invasões dos Angunes provocaram modificações tão profundas em outros aspectos da vida dos autóctones do Sul de Moçambique que, também por via indirecta, contribuíram para lançar os varões na procura de trabalho assalariado. A mais importante dessas modificações foi, sem dúvida, a impossibilidade em que os jovens se viram de pagar o lobolo por meio de gado. Este havia sido quase exterminado pelas guerras, saques e pestes.

Diocleciano das Neves narra o facto de o Manicusse ter sido forçado a alterar a sua decisão primitiva de se estabelecer definitivamente no país dos Cossas, por a mosca tsé-tsé lhe haver dizimado muito gado. Depois, durante as campanhas, o gado apreendido constituiu, sem dúvida, o alimento preferido dos guerreiros invasores. Lembremo-nos de que a sua cultura era, principalmente, a de pastores de bovinos (39). De resto, era o tipo de alimentação mais conveniente a quem era forçado a constantes deslocações e a estrénuos esforços. Por exemplo, na incursão que Muzila fez à região entre o rio Incomáti e os montes Libombos, «a força penetrou inesperadamente nas povoações, matou o